



Revista de economia heterodoxa  
nº 10, ano VII • 2008  
ISSN 1808-0235



CCJE/UFRJ



OIKOS

## Estatismo e Monetarismo na Crise da Modernidade

Statism and Monetarism in the Crisis of Modernity

**MAURILIO LIMA BOTELHO** | maurilio@bol.com.br

Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Brasil.

**Resumo** O artigo tem por objetivo destacar que o Estado e o Mercado, embora instituições separadas e com princípios opostos, têm uma íntima conexão e uma relação estrutural de dependência. Esta relação se estabelece nos primórdios da modernidade e se desenvolve numa relação contraditória e antitética entre as funções políticas e econômicas, até culminar numa crise mútua que se manifesta como a própria crise da modernidade. **Palavras-chaves** Estado, Mercado, Crise da Modernidade.

**Abstract** The article aims to highlight that the State and the Market, although institutions with separate and conflicting principles, have an intimate connection and a structural relationship of dependency. This relationship is established in the early days of modernity and is developing in a contradictory and opposite association between the political and economic functions, until culminating in a mutual crisis, which manifests itself as the crisis of modernity. **Key-words** State, Market, Crisis of Modernity.

“... uma consciência que não se curva diante do indizível, vê-se sempre reconduzida à tentativa de compreender, se não quiser sucumbir subjetivamente à loucura objetivamente imperante”.  
Theodor W. Adorno.

Embora de modo simplório o capitalismo seja apresentado como o sistema econômico, o modo de produção ou a formação social que tem no Mercado o seu centro vital, o Estado deveria constar também como um de seus órgãos fundamentais, já que sua importância para a história moderna é tal que equivaleria à da esfera mercantil propriamente dita. Entretanto, compreendido deste modo, e graças às longas vulgarizações decorrentes de disputas ideológicas, essas duas instituições parecem independentes e excludentes. A idéia tradicional é que somente na sociedade moderna o Mercado atinge um *status* central, diferente do Estado, que, em toda história escrita, sempre foi fundamental para o conjunto da sociedade.

Se for verdade que a sociedade moderna é uma *sociedade de mercado*<sup>1</sup> – ao contrário das formas sociais pretéritas, em que o mercado era apenas um esfera dentre outras da vida social e não uma instituição que pôs a sociedade ao seu dispor –, essa centralidade não pode ser explicada, sequer compreendida, sem que se perceba a importância do Estado na autonomização mercantil.

Assim como o Mercado no capitalismo assumiu uma forma e uma dinâmica completamente distintas dos mercados pré-modernos ou não-modernos, o Estado capitalista é algo essencialmente distinto de suas formas pretéritas e de seu correspondente em sociedades não-ocidentais. É que somente na modernidade assumiu o caráter propriamente de instituição e de esfera, ou seja, somente na modernidade europeia o Estado passou a ser uma estrutura autonomizada e oposta à esfera particular – aquilo que a filosofia alemã convencionou chamar de “sociedade civil”. Enquanto na sociedade antiga a política atravessa todos os momentos da vida social, onde a *vita activa* de cada cidadão necessariamente se realiza na política; na modernidade a

1 “...esta é a razão porque o controle do sistema econômico pelo mercado tem irresistíveis efeitos na organização da sociedade em seu conjunto: isto significa simplesmente que a sociedade é dirigida como auxiliar ao mercado. Em vez de a economia estar embebida por relações sociais, são as relações sociais que se vêem enraizadas no interior do sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade exclui qualquer outro tipo de relação, pois, uma vez que o sistema econômico se organiza em instituições separadas, fundadas em motivos determinados e dotadas de um estatuto especial, a sociedade se vê obrigada a adotar uma determinada forma que permita esse sistema funcionar seguindo suas próprias leis. É justamente neste sentido em que deve ser entendida a conhecida afirmação de que uma economia de mercado unicamente pode funcionar numa sociedade de mercado” (POLANYI, 1989, p. 104-105).

política é apenas uma específica atividade social, realizada por uma pequena parcela de indivíduos especializados. Na sociedade moderna ocorre a “independência do poder político” em relação aos demais momentos *ativos*: “O poder político (...) é uma atividade separada que tem por palco uma instituição também separada: o Estado” (NEUMANN, 1969, p. 20).

Pode-se dizer que o Estado moderno é uma entidade *abstraida* do todo social, cujas funções – *funções políticas* – foram autonomizadas em relação às demais práticas sociais, isto é, em relação às atividades econômicas, artísticas, científicas, religiosas etc. A “separação, autonomização e especialização de um centro de poder com relação ao corpo de cidadãos” (TORRES, 1989, p. 31) é o que caracteriza o Estado moderno.

Entretanto, apesar de organizado num corpo “separado” da sociedade civil, o Estado moderno não tem autonomia plena, daí ter uma relação essencial com a esfera econômica propriamente dita, isto é, com o Mercado. Na verdade, o processo de constituição do Estado como esfera autonomizada tem a mesma origem da construção do Mercado como uma instituição autonomizada, que submete a vida social à sua lógica imanente. Estado e Mercado não são, por isso, instituições excludentes, embora sejam antitéticas. A contradição entre Mercado e Estado é um dos fundamentos da sociedade capitalista, cuja relação se estabelece, se desenvolve e se aguça ao longo da história moderna.

A *modernização* pode ser entendida, portanto, como um processo longo em que essas instituições autônomas se desenvolvem de modo a abarcar as demais esferas da vida social, isto é, em que a autonomia do Mercado e Estado retorna, submetendo, a vida social propriamente dita (sociedade civil). A *modernidade* é o horizonte histórico de realização dessa autonomização e dominação.<sup>22</sup>

A tensão inicialmente posta e gradualmente ampliada entre essas duas instituições – como queremos argumentar aqui – deve necessariamente chegar a um ponto de irrupção crítica, isto é, de explosão e desagregação. Acreditamos que o estágio contemporâneo de simultânea crise do Mercado e do Estado corresponderia a esse ponto crítico. Como não é nossa intenção formular uma teoria geral da modernidade ou do capitalismo, mas apenas nos dedicar a alguns aspectos e teses presentes na obra de alguns autores, nossa formulação terá um caráter ensaístico, muito mais voltado à

2 Em geral a concepção de modernidade está ligada à herança weberiana. Contudo, sem desprezar essa contribuição, consideramos que essa apreensão do movimento histórico articulado e contraditório de Estado e Mercado já está presente em Marx, principalmente em *O Capital* (capítulo XXIV). Lembremos que, no prefácio da primeira edição desta obra, Marx chamou a atenção para que seu objetivo era “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (1985, p.13).

formulação das hipóteses para pôr em prova sua solidez do que a pretensão de construir uma teoria positiva. Para isso faremos breves apontamentos a seguir sobre a relação entre Mercado e Estado na história de afirmação da modernidade capitalista.

## Estado e Mercado no nascimento da modernidade

A história inaugural da sociedade moderna apresenta um processo simultâneo de concentração de meios de produção e de concentração dos meios de poder. Max Weber, à sombra de Marx, reconhece uma espécie de “expropriação do poder político”, um ato original, análogo ao “pecado original” da economia, uma “acumulação primitiva de poder”. Isso ocorre com a instituição do *monopólio da violência*, característica singular do Estado moderno.

(...) o desenvolvimento do Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o Príncipe expropriar os poderes “privados” independentes que, ao seu lado, detêm força administrativa, quer dizer, todos os proprietários de meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quais espécies de bens suscetíveis para fins de caráter político. Desenvolve-se, esse processo, em paralelo perfeito com o desenvolvimento da empresa capitalista que domina, a pouco e pouco, os produtores independentes (WEBER, 2001, p. 65).

Isso se deve, em termos concretos, à formação de um exército permanente e à interdição pública ao uso das armas de fogo. Até o Renascimento as guerras eram organizadas por senhores que reuniam seus vassalos e estes, fazendo uso de suas próprias armas, marchavam ao lado dos nobres rumo ao campo de batalha. A obrigação pessoal em relação ao suserano se comunicava à guerra.

Com o advento das armas de fogo e a utilização generalizada da artilharia, o preço das armas se eleva tanto, e o manejo destas exige uma disciplina tal, que um processo gradual de formação de exércitos permanentes se verifica em toda a Europa. Por seu turno, a manutenção permanente de um exército e a reposição constante dos armamentos exige tamanho esforço monetário que o Príncipe se vê obrigado a criar um sistema tributário unificado e, não por acaso, os tributos se ampliam de modo vertiginoso, contribuindo para a fuga dos servos para a cidade.

A idéia de modernização no sentido amplo, que implica unificação mercantil, concentração do poder político, disciplinamento etc., está de tal de modo ligada à guerra que Robert Kurz (1998a) chegou a comentar que a origem do capitalismo não se deve ao desenvolvimento das forças produtivas, mas ao desenvolvimento das forças destrutivas. Marx já havia indicado algo parecido ao discutir o papel das guerras na formação das dívidas públicas estatais e na concentração do poder no Antigo Regime, que, pela primeira vez, apresentou o Estado como poder centralizado, isto é, o Estado como “a violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 1985, p. 286). Também Norbert Elias apontou essa relação intrínseca:

A sociedade do que hoje denominamos era moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de modernização. O livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer que seja seu tipo, e de igual modo a tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas suas mãos. Os meios financeiros arrecadados pela autoridade sustentava-lhe o monopólio da força militar, o que, por seu lado, mantém o monopólio da tributação (ELIAS, 1993, p. 97-98).

Não temos a intenção aqui de desenvolver minuciosamente a relação entre guerra, Mercado e Estado<sup>3</sup>, apenas salientar este argumento de extrema importância: com o romper da modernidade, a prática da guerra torna-se força-motriz para o estabelecimento de um Estado concentrado e de um Mercado universalizado. Contudo, não é apenas esse o tema que nos interessa. Não apenas há um desenvolvimento dessas instituições do modo como a conhecemos hoje, como a própria guerra estabelece uma relação interna entre Estado e Mercado. É que os objetivos militares exigem um fortalecimento da estrutura Estatal e os custos daí decorrente alavancam a economia. Famílias de ricos comerciantes passam a ser credoras do Estado (que em geral elas próprias controlam, como é o caso das famílias Médici e Habsburgo na Itália); o sistema tributário se torna complexo (ampliação do protecionismo, criação de imposto de renda etc.) e, fato marcante, criam-se os bancos nacionais, como é o caso do Banco da Inglaterra, criado em 1694 com o propósito de custear as guerras em que a monarquia britânica havia se envolvido.

3 Uma série de autores trabalham com essa temática de modo minucioso: além do pioneirismo de Braudel, temos Paul Kennedy (1989), Norbert Elias (1993), John Keegan (1995) e Robert Kurz (1998a e 2002).

A criação do sistema financeiro propriamente dito ocorre nesse momento, com a criação do crédito privado regular e com a oportunidade criada para ricas famílias trocarem entre si créditos de dívidas públicas na forma de títulos (justificada eticamente pela reforma religiosa; a cobrança de juros tornou-se prática não só corrente como ofício). Braudel deixou bastante clara essa relação entre poder econômico e poder político, que será estabelecida de uma vez por todas com o advento da classe burguesa:

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado. Em sua primeira grande fase, nas cidades-Estados da Itália, em Veneza, em Gênova, em Florença, é a elite do dinheiro quem detém o poder. Na Holanda, no século XVII, a aristocracia dos Regentes governa no interesse e inclusive de acordo com as diretrizes traçadas pelos homens de negócios, negociantes e administradores de fundos. Na Inglaterra, a revolução de 1688 marca analogamente um advento dos negócios à holandesa. A França está atrasada e mais de um século: e com a revolução de julho de 1830 a burguesia comercial se instala, enfim, confortavelmente no governo (BRAUDEL, 1987).

A guerra nesse momento é tão importante que o protótipo da socialização por meio da mercadoria e do dinheiro é formado nesse contexto. Não apenas os indivíduos passam a se relacionar por meio do dinheiro como o próprio Estado precisa envolver-se com a forma monetária para que seu funcionamento ocorra. Exemplo maior dessa socialização indireta que se estabelece na moderna sociedade de Mercado e Estado é dado por um anônimo economista francês que publicou um certo *Traité de la circulation et du crédit*:

Durante o cerco de Tournay, em 1745, e algum tempo antes, cortadas as comunicações, tivemos dificuldades, à falta de dinheiro em pagar o pré à guarnição. Decidiu-se tomar de empréstimo às cantinas a soma de 7 mil florins. Era tudo o que havia, no fim da semana, os 7 mil florins tinham regressado às cantinas, onde se foi outra vez buscar a mesma soma. Repetiu-se a mesma coisa até a rendição, durante sete semanas, de maneira que os mesmos 7 mil florins fizeram na realidade o efeito de 49 mil... (apud BRAUDEL, 1997, p. 34).

Aqui não se apresenta apenas de modo direto a relação intrínseca entre Estado e Mercado, mas a irracionalidade típica de uma sociabilidade tautológica baseada

no movimento espiralado da acumulação abstrata de riqueza – que, mais do que em qualquer outro contexto de atuação da “forma valor” (Marx), se apresenta na sua pureza abstrata, dada a improdutividade total de sua circulação e investimento. O Estado, nesse caso, não apresenta a face “racional”, “planejadora” e “previdente” diante da irracionalidade, anarquia e imprevisibilidade do Mercado. Ele próprio é a imprudência, a inconsciência e a desordem, só que manipuladas externamente e, por isso, com a aparência de controlável. Explicaremos-nos melhor a seguir, ao discutir de modo mais detido a relação entre Mercado e Estado.

## A relação estrutural entre Estado e Mercado

Ao longo da experiência moderna de administração pública, regulação do mercado, teorização política e econômica, construiu-se a oposição entre Mercado e Estado como se fossem instituições excludentes. A idéia corrente é de que, se é bom Estado, então o Mercado deve ser organizado e controlado por aquele, dado que somente um planejamento pode conseguir formular e corrigir os rumos tomados pela ação involuntária dos agentes atomizados da relação econômica. Se, pelo contrário, o Mercado é que é o caminho reto, então a total liberalização da vida econômica deve impedir que a ação externa e pesada da administração pública emperre a eficiência obtida pela concorrência, pelo esforço advindo da remuneração por mérito e pela eficácia do empreendimento privado. Mercantilistas, liberais, socialistas, neoclássicos, keynesianos, monetaristas, uma série de correntes e combates teóricos e reais foram travados afirmando-se de um lado a centralidade do Estado e de outro a do Mercado.

Na história do mundo moderno houve sempre o entrechoque mais ou menos hostil de dois ou mais princípios: mercado e Estado, economia e política, capitalismo e socialismo. A luta entre o homo economicus e o homo politicus renovou-se constantemente; a cada surto de modernização, a cada crise, os “individualistas” e os “coletivistas”, os livres empresários e os planejadores da economia, os gerentes de empresas e os burocratas estatais, os defensores do liberalismo econômico e os intervencionistas, os adeptos do livre comércio e os protecionistas, enfrentavam-se em combate. Nas últimas décadas, essa constelação apresentou-se também como uma oposição entre monetaristas e keynesianos, relativa à política econômica (KURZ, 1998b, p. 91).

Essa luta, entretanto, mesmo por meio da mais imediata observação, nunca chegou ao total exclusivismo. O próprio Marx havia enfatizado, para além de seu estudo sobre a acumulação primitiva, que a defesa do livre mercado pelos economistas burgueses tinha um limite, dado que “a burguesia não hesitou em se valer da ajuda do Estado, aqui e alhures, onde era preciso adequar as relações vigentes e tradicionais de produção às suas próprias [práticas]” (MARX, 1986a, p. 198).

Assim, embora o “socialismo real” tenha estatizado os meios de produção, a mercadoria, o dinheiro e o capital continuaram existindo como categorias de sociabilização efetivas em suas sociedades.<sup>4</sup> Apesar de hoje os neoliberais terem, em alguns países, privatizado até a água, a instituição Estatal continua uma necessidade e dificilmente será reduzida dadas as funções essenciais que deve cumprir.

O ponto chave é que, por mais “econômica” que seja a atividade mercantil, sua existência depende de um substrato político, assim como, por mais “política” que seja a atividade estatal, sua manutenção pressupõe um fundo econômico. Usando termos especializados no seu sentido mais preciso: o Estado precisa se financiar e o Mercado se “juridificar”.

A relação é tão intrincada que, como o surgimento do moderno Estado centralizado corresponde à formação do Mercado moderno, que se alimenta desta formação, o desenvolvimento e ampliação da economia de mercado pressupõe e impulsiona o desenvolvimento e ampliação do Estado. Trata-se aqui de uma constatação teórica já feita no século XIX, que o economista alemão Adolph Wagner denominou de *lei dos dispêndios públicos crescentes*. Segundo tal tese,

a medida que cresce o nível de renda em países industrializados o Setor Público cresce sempre a taxas mais elevadas de tal forma que a participação relativa do governo na economia acompanha o próprio ritmo de crescimento do país (WAGNER apud DWECK, 2003).

As atividades econômicas necessitam de um apoio jurídico-estatal para se efetivarem, assim como todas as atividades estatais necessitam de financiamento econômico. A relação mútua, na complexidade das atividades quotidianas, significaria um aumento gradual conjunto, o que, enfocando-se apenas do lado estatista, representa

uma ampliação dos gastos públicos. Esse aumento da despesa pública se daria em diversas direções: legitimação jurídica das atividades, legalização das relações instituídas pela divisão do trabalho, aumento nos conflitos sociais com a intensificação e adensamento da vida urbana, incapacidade da poupança privada de acompanhar o montante de investimento necessário para determinadas áreas, investimento em setores de consumo público e em agregados infra-estruturais, regulação dos conflitos econômicos, segurança “interna” policial, segurança “externa” militar etc.

Contudo, se tal relação é clara e indubitável, por que a história da modernização é uma história de embate ideológico entre estatistas e liberais? Por que há uma luta encarniçada entre os afeitos a cada um dos pólos dessa relação e não uma complementação pacífica?

A resposta está no próprio conflito e naquilo que torna a relação entre Mercado e Estado uma contradição em sentido preciso: essas duas instituições, em determinado ponto crucial de sua relação de dependência, ao invés de provocar o desenvolvimento de seu meio-irmão, o obstaculiza e o sufoca.

A esterilização dos mecanismos concorrenciais num mercado pode travar em diversos aspectos o desenvolvimento de uma economia nacional, como a ampliação de produtos e serviços ou o aprimoramento tecnológico. Por outro lado, a liberalização e desregulação provocam efeitos colaterais de superexploração e exclusão social que exigem atenção especial da esfera pública. Os exemplos ao longo da história do capitalismo são enormes e dispensáveis aqui, por isso nos atentemos não para o fato em si da obstaculização, mas do efeito de retorno aí provocado: a ênfase unilateral no universo estatal ou mercantil não implica apenas em danos no seu universo oposto, mas também secundariamente em seu próprio ambiente. A falta de regulação do mercado de trabalho deve acarretar, além da ampliação da demanda por assistência social, também repercussões negativas no mercado consumidor, assim como a excessiva despesa governamental deve frear o crescimento econômico e repercutir em sua cobrança de impostos. Luiz Carlos Bresser Pereira, no Brasil, tentou dar corpo teórico a essa tensão e formulou a tese do “caráter cíclico da intervenção estatal”:

Minha asserção básica é que a intervenção estatal expande-se e contrai-se ciclicamente, e que a cada novo ciclo o modo de intervenção muda. Por um determinado período a intervenção estatal aumenta, o Estado assume um papel crescente na coordenação do sistema econômico, na microalocação de recursos, na macrodefinição do nível de poupança e investimento (ou do equilíbrio entre oferta e demanda agregada), e na micro-macrodeterminação da

<sup>4</sup> Seguimos aqui a interpretação, cada vez mais consolidada e que já data de várias décadas, que vê no “socialismo real” uma espécie de “capitalismo de Estado”, onde o Mercado não é abolido mas é estatizado e planejado, mantendo válidas, portanto, categorias como valor, mercadoria, dinheiro e capital – e até classe, como defende o trabalho clássico de Charles Bettelheim (1976).

distribuição de renda entre as classes sociais e entre os setores da economia. Mas como a intervenção estatal aumenta, seja em termos da participação do Estado e das empresas estatais no PIB, seja em termos do grau de regulação ao qual a economia é submetida, ela começa a ficar disfuncional. O excesso de regulação, que retarda ao invés de estimular e orientar a atividade econômica, e enormes déficits públicos no lugar da obtenção de poupança forçada, são os dois sintomas básicos a indicar que a expansão do Estado excedeu. É o momento de reverter o ciclo, de contrair o Estado e expandir o controle do mercado, é tempo de desregular e privatizar (PEREIRA, 1989, p. 121).<sup>5</sup>

A tese dos “ciclos de intervenção estatal”, apesar de apontar corretamente para o problema no plano ideológico da luta sucessiva entre estatistas e liberais, comete dois equívocos importantes. O primeiro é a perspectiva histórica ampliada que parece dar uma ordenação ao desenvolvimento capitalista que ele não possui. Sem dúvida houve momentos de redução da intervenção do Estado na atividade econômica, mas essa redução não ocorreu tal como nas últimas décadas, através de um ataque concentrado, sistemático e consciente ao poder intervencionista do Estado. O deslocamento das atividades produtivas centrais do capitalismo é que diminuíram, relativamente, a esfera de participação estatal. Assim, apesar dos liberais clássicos terem dirigido seus ataques à doutrina mercantilista, a passagem do que se convencionou chamar de “capitalismo mercantil ou comercial” para o “capitalismo industrial” implicou numa transferência do centro nervoso da economia do comércio externo e interno (diretamente regidos pelo Estado) para as indústrias privadas – não houve um desmonte consciente e planejado do aparato estatal enferrujado para dar vida ao empreendimento privado. A liberalidade dos empreendimentos então erigidos se deve muito mais à sua infância econômica do que a uma deliberada política de *laisser-faire* por parte do Estado (embora, reforçemos, a doutrina do *laisser-faire* não tenha deixado de contribuir para que a regulação tenha demorado a ser montada).

O outro equívoco, de ordem teórico-conceitual, é a ênfase desmedida nesse “caráter cíclico” que, se visto de perto, aparece muito mais tendo uma forma espiralada do que propriamente cíclica. Como se tratam de duas dinâmicas analisadas – a econômica e a política (esta convertida numa relação percentual econômica, isto é, despesas públicas) –, o desenvolvimento econômico apresenta esse sim um caráter cíclico, mas é acompa-

nhado de uma espiral percentual de participação do Estado que lhe envolve, onde o seu vórtice, hora maior, hora menor, secularmente alarga-se, acompanhando o crescimento absoluto da economia propriamente dita. Com efeito, se olharmos os dados sobre as despesas governamentais dos EUA em relação ao seu PIB, veremos que em 1902 correspondia a 7,7%, em 1932 a 21,4%, em 1940 temos uma pequena redução para 20,4%, em 1978, após um crescimento contínuo, temos 35% (PEREIRA, 1989, p. 122). Essa tendência é geral na economia mundial, daí uma oposição entre a tese cíclica e a lei dos dispêndios governamentais crescentes de Wagner, que seria atestada estatisticamente.

Assim, podemos afirmar, num balanço geral, que a verificação da lei de Adolph Wagner tem boas razões há mais de 100 anos – razões que também não podem ser eliminadas pelo neoliberalismo da atualidade. Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subseqüentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado. Em todos os países, a quota do Estado equivale hoje, em média, a cerca de 50% do produto social bruto, e, em todo o Mundo, mais da metade da população depende direta ou indiretamente da economia estatal (KURZ, 1998b, p. 102).

A idéia de ciclos para a intervenção estatal é teorização direta do entrechoque ideológico e não uma formulação teórica da dinâmica capitalista como tal, pois, no seu íntimo, Estado e Mercado são tão antitéticos quanto complementares. O problema é que na superfície das relações entre indivíduos, grupos sociais e classes, o conflito social toma a forma de uma ênfase estatista ou monetarista (a favor do Mercado). Karl Polanyi expressou isso de modo absolutamente preciso.

## Estado e Mercado na crise da modernidade

O autor que melhor apreendeu o movimento entre Estado e Mercado e o tornou tema-chave de sua argumentação foi Karl Polanyi. Sua análise da tensão instituída entre o “princípio do liberalismo econômico” e o “princípio de

<sup>5</sup> A tese de Bresser é um prolongamento de sua teoria da tecnoburocracia e do insustentável conceito de “modo de produção tecnoburocrático” (1981).

proteção social” compreendeu como a utopia de um mercado auto-regulado derubava fronteiras tradicionais, mas ao mesmo tempo – como seu resultado e sua correção – exigia respostas sociais para que essa utopia não convertesse a terra em escombros mercantis. Sua visão sobre a relação entre Estado e Mercado entende as “conquistas” da civilização burguesa não como efeitos diretos da ação econômico-liberal, mas como “prêmios” numa luta que significaria a sobrevivência da sociedade. É nesse sentido que a forma democrática é vista, não como expressão *tout court* do liberalismo econômico, mas como resultado indireto deste, elaborado a partir das exigências sociais por proteção.

Para Polanyi foi a generalização das relações mercantis que levou à politização das relações sociais e econômicas, pressionando o alargamento democrático dos sistemas políticos e o aumento do intervencionismo estatal, num lento processo de mutação do Estado liberal e crescente descrédito na eficácia dos próprios mercados auto-regulados (FIORI, 1999, p. 58).

Entretanto, o ponto de vista de Karl Polanyi é demasiado *centrado*, no seu sentido político, pois quer uma mediação entre Estado e Mercado que possa dar voz ao princípio de proteção social numa condição econômica em que o Mercado aparece como centro de sociabilidade. Sua análise pontua o lado positivo na ação política e estatal sem verificar os sustentáculos dessa ação.<sup>6</sup> É certo que não se pode criticá-lo por uma confiança ingênua na ação do Estado, já que são longas as páginas em que discute como o próprio princípio liberal não apenas foi “planejado” mas implementado pelos poderes de Estado. Sua confiança baseia-se na representação política do princípio de proteção social – que, em si mesmo, é mais amplo do que a própria ação do Estado.

O ponto é que o Estado não é nem *essencialmente bom* (como sabe muito bem Polanyi)<sup>7</sup>, nem é um *mero instrumento*. Esta é questão essencial: assim como a economia

6 Se é certo que Polanyi tem supremacia em relação a Marx na compreensão desta separação e relação mútua entre a esfera política e econômica, pois Marx confiou demais na dinâmica das leis do mercado, apontando no poder político uma “força extra-econômica”, este, por sua vez, compreendeu a relação econômica num nível muito mais profundo através de sua crítica do valor, que permite formulações extremamente atuais com relação ao funcionamento do endividamento estatal a partir do “capital fictício” – discutido de modo breve e fragmentário no terceiro livro de sua obra máxima (MARX, 1986b, pp. 301-313; 1986c, pp. 9-17).

7 Sua análise do fascismo descreve bem como sua compreensão da intervenção estatal não polariza de modo abstrato o Estado em relação ao Mercado, apostando sempre positivamente no primeiro: “O ataque fascista à democracia popular ressuscitou a questão do intervencionismo político que havia acompanhado a história da economia de mercado, já que

de mercado é fetichista e escapa ao controle imediato dos agentes que encarnam suas relações, também a política e o Estado são formas funcionais e institucionais autonomizadas em relação à consciência e intencionalidade dos sujeitos que atuam através delas. Há uma racionalidade instrumental também atravessando a razão política e não apenas a razão econômica.<sup>8</sup> Deveríamos falar aqui de um “fetichismo político e estatal”, fazendo uso de uma expressão de Bourdieu (1990), só que num registro distinto do seu viés estruturalista.

Por melhores que sejam a intenção, os objetivos e o caráter dos indivíduos atuantes na esfera política, por mais próximo que estejam suas ações do princípio de proteção social, a ação política exige mecanismos e movimenta forças que vão além do controle desses indivíduos e do sentido da “proteção social”. Isso por três razões.

Em primeiro lugar porque toda política moderna é uma política representativa, isto é, há um envolvimento indireto dos indivíduos com a medida por eles pleiteada. A idéia da *pólis* antiga, onde o cidadão é diretamente um *zoon politikon*, é tão estranha à lógica estatal moderna como reacionária se implementada (veja o caso da adoração nazista do ideal greco-romano de cidadania). Em segundo lugar, a ação política, para ser representativa e, portanto, democrática, deve mediar interesses conflitantes, o que, numa sociedade de classes em constante luta, deve significar a adoração de Deus e o Diabo ou a manutenção de uma alternância política – “o caráter cíclico da intervenção estatal” (Bresser Pereira) é sua forma superficial e aparente, no plano da relação Estado-Mercado. *Last but not least*, a ação político-estatal necessita ser financiada, o que significa que precisa passar pelo mesmo buraco de agulha do valor, da mercadoria e do dinheiro e, portanto, levar consigo esta lógica fetichista auto-destrutiva.

Acreditamos que é esta última relação essencial que está por trás da crise contemporânea conjunta de Estado e Mercado, que se verifica pelo menos desde a década de 1970 – surgindo mais cedo ou mais tarde em planos nacionais diversos. O vínculo mútuo de Estado e Mercado, ao longo do desenvolvimento capitalista, foi capaz de estabelecer uma relação de alavancamento conjunto, aparecendo seus efeitos antitéticos em momentos de crise, que, por sua vez, eram momentos de readequação, estabelecimento de novo vínculo por novas formas e preparação para um novo surto de desenvolvimento. O “peso” do Estado sobre a economia, lembrado pelos liberais

dito intervencionismo não era nada mais do que outra forma de denominar a separação da esfera econômica e política” (POLANYI, 1989, p. 351).

8 Mais uma vez nos remetemos a Weber que, inspirando o conceito de racionalidade instrumental desenvolvido pelos teóricos da Escola de Frankfurt, o utilizou muito além de uma análise de racionalização econômica, pois toda sua concepção de burocratização política esteve aí assentada.

em qualquer momento de redução do ritmo de crescimento, sempre foi compensado pela expansão geométrica da economia onde esse peso se apoiava.

A situação alcançada a partir da década de 1970 é qualitativamente distinta de todos os momentos anteriores da expansão capitalista,<sup>9</sup> daí estarmos até hoje, trinta anos após, sem conhecer nenhum outro surto de desenvolvimento cíclico.<sup>10</sup> A racionalização obtida com a revolução microeletrônica da década de 1970 atingiu um patamar tecnológico e organizativo em que a liberação da força de trabalho com o aprimoramento dos processos produtivos não é compensada pela expansão de outros setores produtivos criados com essa mesma racionalização. Diferente do taylorismo-fordismo, onde a especialização do trabalho e a cientificização dos processos produtivos foi compensada pelo aumento absoluto dos postos de trabalho e pela criação de novos setores produtivos, a tecnologia “flexível” da micro-eletrônica reduz o emprego da força de trabalho tanto relativa quanto absolutamente em qualquer setor onde é empregada, seja nos ambientes tradicionalmente industriais ou no terciário – normalmente apreçoado como o setor de absorção dos órfãos da tecnologia dos demais setores.

Essa condição traz impactos na produção capitalista que podem ser resumidos sob o conceito de *desemprego estrutural*, que define a inutilização de força de trabalho por reestruturações produtivas que não são capazes de produzir efeitos de reabsorção da massa desempregada. O resultado imediato é a redução do mercado consumidor em nível mundial e, progressivamente – com os efeitos do desemprego sobre a massa ainda empregada (redução salarial, precarização etc.) – a redução do poder aquisitivo dos consumidores restantes. A face mais obscura dessa crise é a redução do trabalho produtivo, que implica na redução da massa global de mais-valia e, portanto, em dificuldades de manutenção da reprodução capitalista em níveis considerados satisfatórios.<sup>11</sup>

Mas não se trata simplesmente de um problema de falta de poder de compra nos mercados (no plano da circulação), como é afirmado na perspectiva Keynesiana, mas de um problema de falta de poder de compra resultante

de um dilema muito mais profundo: o derreter da substância do trabalho e, com isso, da base da valorização do capital no decurso da terceira revolução industrial (a da microeletrônica). O verdadeiro poder de compra não provém do fato de se imprimir moeda e de a colocar em circulação, mas de serem conseguidos “rendimentos de trabalho” que resultem da utilização empresarial da força de trabalho. Têm portanto de surgir novos setores de produção que criem suficientes postos de trabalho suplementares ao nível das condições técnicas e organizacionais de produção vigentes no plano mundial para que possam ser compensados os poderosos efeitos da racionalização econômica empresarial resultantes da microeletrônica. (...) no estágio agora alcançado pelas forças de produção através da incorporação das descobertas científicas, o mecanismo que permitiu a ultrapassagem das crises do capitalismo até hoje já não surte efeito. Surgem na realidade novos setores econômicos, como as tecnologias da informação, em sentido amplo, mas não criam postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver os postos de trabalho tornados supérfluos nos outros setores, pois desde o início estes novos setores produzem através da racionalidade da microeletrônica (TRENKLE, 1999).

Se o Mercado vai mal das pernas, o Estado deve fazer seu papel anticíclico e tentar reverter a situação de crise. Entretanto, a histórica sinuca-de-bico alcançada é que a crise não é tanto provocada pela falta da participação do Estado na economia, mas também pelo excesso de sua participação, já que o keynesianismo e suas versões tropicais foram dominantes durante todo o pós-guerra. Daí, diferente de outras situações históricas (em particular o caso da crise mundial de 1929), o diagnóstico da crise e as medidas para superá-la são ditadas pela versão restaurada e radicalizada do liberalismo econômico.

Ora, o neoliberalismo é dos menos capazes de fazer tal diagnóstico – que, de resto, é simples e repetitivo, clamando contra os excessos estatais – e suas medidas ainda agravam o problema, ao invés de aliviá-lo. Ou seja, por mais que apostem numa redução das despesas governamentais – que é feita de modo seletivo e atinge principalmente as classes trabalhadoras –, sua política econômica voltada para a tentativa de enxugamento público e captação de capitais em nível internacional tem provocado uma expansão geométrica das dívidas públicas, um deslocamento dos investimentos da área produtiva para a financeira e uma destruição sistemática da capacidade produtiva de Estados-nacionais tradicionais, lançados, com a desregu-

9 Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo” (ARRIGHI, 1996, p. 1).

10 Isso não significa que alguns países, isoladamente, não cresçam, mas esse crescimento isolado, explicável por fatores particulares e específicos (não reproduzíveis em termos mundiais) é o que comprova que a era dos ciclos econômicos mundiais foi superada.

11 “A taxa de crescimento *per capita* da produção mundial (PIB mundial) foi obviamente mais lenta nos anos 70 do que nos anos 60. Mas o problema não acabava aqui: foi mais lenta nos anos 80 do que nos anos 70, mais lenta nos anos 90 do que nos anos 80, e até agora tem sido mais nos primeiros anos de 2000 do que nos anos 90” (FOSTER, 2004).

lamentação, num mercado mundial altamente competitivo no plano dos custos de produção.<sup>12</sup>

Some-se a isso o fim do padrão dólar-ouro no princípio do processo de crise (1971) e teremos um quadro de financeirização da economia onde o papel do capital fictício é tal que a idéia tradicional de investimento produtivo perdeu o sentido.<sup>13</sup> Não são apenas as empresas que estão cada vez mais envolvidas com o mercado financeiro (e endividadas), também as famílias estão sustentando progressivamente sua manutenção com a reprodução tautológica (juros sobre juros de cartões e cheques especiais). Na aparência do sistema, isto é, na circulação,<sup>14</sup> tudo parece caminhar sobre seus pés, já que a redução do consumo e da produção (da massa global de valor), indicada acima, é evitada e provisoriamente dirimida pela financeirização.

Mais grave do que a esfera doméstica ou empresarial, e sendo em grande medida o principal responsável por essa condição especulativa generalizada, o Estado é cada vez mais uma embarcação que navega graças às ondas negras dos títulos de dívida. O estado de coisas alcançado é tão grave que apenas uma ingenuidade estatista pode crer na solução estatal para a estagnação. Longe de resolver os problemas do excessivo peso estatal sobre a economia, a doutrina neoliberal o tem ampliado, se não pelo endividamento, já indicado acima, pela necessidade de reparação dos efeitos sociais negativos de suas próprias medidas anti-sociais: custos crescentes de segurança, proteção social e assistência dos “excluídos”.

Se for certo que parte da população, do ponto de vista da economia de mercado, tornou-se supérflua e, portanto, um Estado-mínimo deve começar a minimizar suas funções para essa parcela da população, os efeitos dessa exclusão serão sentidos

12 O caso Reagan já se tornou histórico, em que o discurso monetarista servia para justificar a redução dos direitos sociais e a queda da qualidade dos serviços públicos, mas todo o “enxugamento” era de longe superado por sua louca corrida armamentista. Também a sua contemporânea na cruzada histórica monetarista, Thatcher, pouco resolveu o problema dos exagerados gastos públicos ingleses: “A correlação entre ‘Estado enxuto’, privatizações e aumento dos gastos simplesmente não existe. Basta ver o exemplo da Inglaterra, que foi a pioneira das privatizações em larga escala, iniciadas há quinze anos, e que desde então reduziu o leque de benefícios de seu sistema previdenciário, piorou a distribuição de renda, dos serviços básicos de água, de energia e de educação para a população mais pobre. Apesar disso não reduziu o dispêndio global do setor público, por causa do aumento dos gastos com juros da dívida pública e de isenções fiscais aos grandes grupos privados” (TAVARES, 1998, p. 10).

13 Não se trata de uma mera “descolagem” da esfera financeira, que alça vôo solo. A própria esfera produtiva não tem mais os pés no chão, pois depende crescentemente dos “rendimentos não-operacionais”, obtidos nos mercados financeiros, para manter sua produção em dia (BRAGA, 1993).

14 A esfera mais visível do mercado é exatamente a esfera da circulação, em que ocorre a concorrência, onde, para MARX, “aparece, pois, tudo invertido” (1986b, p. 160). Marx investiu aí o conceito de “aparência socialmente necessária” de Hegel, que não revela uma inverdade *tout court* sobre um fundo verdadeiro, mas uma falsidade mediada socialmente, produzida, portanto, por seu fundamento. Ver quanto a isso MARX (1986b, p. 176 e 1986c, p. 177).

por aqueles que continuam “integrados”. Somente na cidade do Rio de Janeiro os funcionários do tráfico de drogas (que é uma forma de continuação do mercado por meios ilegais, mas que se comunica obscuramente com a economia legal) já estão em número maior do que os funcionários da prefeitura.<sup>15</sup> A contrapartida é o emprego exorbitante alcançado de mais de 53 mil policiais civis e militares (em nível estadual) (OLIVEIRA, 2006). Se o Estado, entretanto, é negligente a ponto de não ser capaz de resolver esse problema imediato, então, na mesma medida, os custos para a produção privada tendem a ampliar com essa situação: apesar da elevação do número de policiais, já em 1997 existiam cerca de 150 mil seguranças não-oficiais realizando proteção privada no estado do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 1997).

A redução do papel do Estado não acarreta custos para a produção privada apenas no sentido de “custos de segurança”, frente à massa que é interdita dos circuitos normais do mercado<sup>16</sup>. A própria privatização dos serviços públicos têm provocado situações alarmantes de queda de qualidade de serviços e dificultado a produção: os custos de telefonia que se ampliaram de forma vertiginosa em todo o Brasil; a situação incômoda enfrentada por investidores alemães que, buscando custo baixo de força de trabalho na Hungria pós-socialista, são quotidianamente acometidos por interrupções no fornecimento da eletricidade; ou o caso mais irracional e catastrófico, da privatização do abastecimento de água na capital das Filipinas que, além de provocar uma epidemia de gastroenterite, ampliou o preço da água em 500 %.<sup>17</sup>

Ora, nessas condições bárbaras, a crítica ao papel do Estado deveria tornar-se tema para aqueles que discordam do ilusionismo monetarista. Contudo, isso é pouco verificado nos grupos que mais interessados estão em superar esse estado crítico. A idéia corrente é de que o problema é uma mera má gestão governamental, mais dedicada aos problemas de ordem financeira do que ao crescimento equilibrado e ao desenvolvimento nacional. Como poderia então um mercado nacional funcionar sob intervenção estatal se não a partir de uma forte sustentação assistencialista para aqueles que foram desempregados pelo avançado processo produtivo? Se não se deseja regressão em termos tecnológicos – que seria impensável e mortal mesmo para um Estado protecionista –, o único quadro possível seria o de um Estado que sustentaria

15 Essa informação é apresentada no documentário *Notícias de uma guerra particular*, de João Moreira Salles e Kátia Lund.

16 “... os efeitos retroativos da barbárie somente haverão de reproduzir como ‘custos de segurança’ os custos economizados com a liquidação dos programas sociais, da infra-estrutura, etc. e impeli-los, assim, a patamares astronômicos” (KURZ, 1998b, p. 109)

17 A privatização da água, entregue a uma empresa francesa, foi feita em Manilha sob pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, sob o argumento da incapacidade do governo de abastecer sua população (LAIME, 2006).

parte expressiva de sua população desempregada.<sup>18</sup> Isso, obviamente, não resolve o problema do peso Estatal sobre a economia, pelo contrário. No caso específico do Brasil, como reeditar o crescimento acelerado dos anos 60 e 70 se esse crescimento foi proporcionado exatamente pelo endividamento estatal que hoje é o problema e que, no fim das contas, fez o Brasil ingressar na globalização financeira?<sup>19</sup>

Não é um caminho fácil, tampouco saudável – embora sejam diariamente lembradas como modelos –, repetir a fórmula chinesa e indiana, essas “máquinas horrendas de crescimento” (Paulo Arantes), que provocam hecatombes ecológicas, superexploram uma força de trabalho imensa sob pesado investimento estrangeiro que, por sua vez, têm parte substancial de seus lucros revertidos em títulos de dívida norte-americana.<sup>20</sup> A sustentabilidade desses modelos é tão certa quanto a quadratura do círculo.

O estado alcançado pela economia mundial, embora seja historicamente distinto daquele fornecido pelas análises históricas de Braudel sobre a coordenação Estado-Mercado na emergência do capitalismo, é logicamente movido ainda por aquela dinâmica absurda da valorização de riqueza abstrata. No caso pitoresco destacado por um obscuro economista francês, o Estado puxava o cordão da economia através de seu próprio endividamento e o fornecedor de provisões poderia, ao fim de um determinado período, encontrar-se rico pelos títulos de dívida em suas mãos. Mas a situação só teria sentido se, posteriormente, o Estado devedor se mostrasse capaz de incrementar a produção real, saldando suas dívidas com a tributação obtida sobre a produção real.

O horizonte mundial é um tanto diferente, embora sua lógica interna seja a mesma. A diferença primordial está hoje no fato marcante de que o acúmulo de capital simulado pela ficcionalização da riqueza creditícia exigiria um investimento mais amplo do que sua própria magnitude para que sua realização ocorresse e sua existência virtual não terminasse em catástrofe. Em regime de flexibilização, externalização de custos, precarização do trabalho e recessão global decorrentes desse mesmo aparato

financeiro, dificilmente se pode imaginar algo próximo disso. O mercado mundial, construído no pós-guerra e hegemônico pelo dólar, alcançou um estado de letargia onde a enfermidade anestesia o doente e, por isso, o mantém a salvo de tensões que o poderiam matar. A história do capitalismo remete, assim, ao seu princípio, mais ou menos como sua própria dinâmica interna, onde o “círculo vicioso das pressuposições” (Marx) faz com que a prática capitalista retorne sempre ao seu ponto de partida. E assim ocorre com a relação entre Estado e Mercado: da mesma maneira que na gênese da modernidade a guerra foi o elo de ligação capaz de centralizar o poder do Estado e universalizar o Mercado, também nesse estágio agourento da economia mundial a capacidade de guerrear hierarquiza os Estados com seus respectivos Mercados e moedas nacionais. A economia norte-americana, apesar de há muito ter perdido terreno em setores produtivos para seus concorrentes diretos, apesar de apresentar déficits comerciais monstruosos e endividamento assustador, mantém-se hegemônica graças à condição de polícia mundial e, por isso, sustenta sua posição muito mais por elementos políticos do que por aqueles tipicamente econômicos.

(...) o verdadeiro padrão do novo sistema [monetário internacional – MLB], substituto do ouro, tem sido o poder puro e simples da única superpotência capaz de arbitrar, a cada momento, através do movimento competitivo de suas taxas de juros, o valor relativo da sua e de todas as demais moedas nacionais envolvidas no funcionamento dos mercados capitalistas. Nesse sentido, a passagem do padrão-dólar para o atual sistema “dólar flexível” correspondeu a um estreitamento da relação entre o poder político e o valor internacional das moedas (FIORI, 1999, p. 74).<sup>21</sup>

Entretanto, se o mundo inteiro está “enquadrado” ao poder americano, esse poderio está longe de sustentar um ideal de Estado-Nação. O quadro de fratura social é tal no interior do próprio território norte-americano que a idéia de que essa hegemonia possa render frutos para sua população é mero resquício ideológico do *Welfare State*: a situação do “*Warfare State*” norte-americano impede qualquer análise deste

18 O que Cuba faz por motivos muito específicos de bloqueio econômico, baixa atividade e superoferta de mão-de-obra qualificada, o Brasil já começa a fazer por necessidade assistencialista, como o bolsa-família que já superou a incrível marca de 11 milhões de famílias beneficiadas (sem contar outros programas assistenciais das esferas federais, estaduais e municipais).

19 O Brasil apresentou, segundo o IBGE, uma taxa de desemprego de 10,4%, que sobe para 20% se adicionarmos os milhões de trabalhadores que desistiram de procurar emprego (*O Globo*, 06/08/2006). Segundo o economista Carlos Lessa são necessários, no patamar tecnológico atual, investimentos na ordem de 250 mil dólares para gerar um posto de trabalho de operário (*Jornal do Engenheiro*, abril de 2006). O volume de investimento necessário para se criar uma sociedade de “pleno emprego” no Brasil é, portanto, uma quimera.

20 A China possui hoje títulos do Tesouro dos Estados Unidos num montante equivalente a mais de 30% do déficit norte-americano.

21 A avaliação desse estranho “sistema monetário internacional” por parte de Robert Kurz é bem próxima a de Fiori: “na relação das muitas moedas nacionais entre si, é necessária uma medida de comparação de validade geral. Como essa agora não podia mais ser dada pelo ouro nem em nível geral nem como base do dólar, o dólar teve de tomar seu lugar: transformou-se no ‘ouro’ de um frágil sistema monetário internacional. Mas em que consiste afinal o ‘ouro’ do dólar? No lugar de uma substância econômica, surgiu simbolicamente o aparato militar dos EUA, sem concorrentes, como ‘salvaguarda’ do capital, em nível global, a qual desde então teve de se constituir em garantia de segurança da moeda hegemônica” (KURZ, 2001).

tipo, dado o aumento progressivo do desemprego, a redução absoluta e relativa do poder aquisitivo dos salários e a marginalização crescente tornando cada vez mais idílica a idéia de “sociedade de dois terços”.

Com tudo isso, a perspectiva de que a dívida pública norte-americana, atualmente superando a casa dos nove trilhões de dólares, cedo ou tarde se torne insustentável deve gerar um frio tumular entre aqueles que emitem seus títulos, entre aqueles que os recebem e entre aqueles, que, como nós, são mero espectadores desse disparate global<sup>22</sup>. Enquanto isso a máquina militar norte-americana se amplia, torna-se uma continuação dos negócios por outros meios, como se Estado e Mercado, desde o início articulados pela guerra, tivessem finalmente se identificado por meio dela.

## Para (não) concluir

O painel catastrófico desenhado há pouco, ainda um tanto distante dos coloridos infortúnios efetivos dessa crise da modernidade capitalista, exige algumas reflexões para afugentar o pessimismo teórico, embora este tenha sido a marca do pensamento mais crítico.

Em um ponto essencial da reflexão acima, apontamos que Karl Polanyi não identificava diretamente o “princípio de proteção social” com a ação estatal, apesar desta ter sido a sua mais profícua manifestação ao longo da modernidade. É essa inadequação que ainda faz da esperança um princípio.

A aposta social para além das manifestações fetichistas da economia e da política – cujas dinâmicas automáticas têm um ímpeto destrutivo – é um dos pontos de referência para um pensamento crítico e emancipatório. Ou seja, a saída da embrulhada estatista e monetarista da modernidade deve ser uma saída das esferas estatais e mercantis, pois “não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado” (KURZ, 1992, p. 234). A produção e circulação autônoma, baseada na reciprocidade não-mercantil e, portanto, não-fetichista, já ensaiada por grupos sociais no Brasil (MST) e México (zapatistas), deve ser uma “forma embrionária” (Marx) dessa saída, embora sem dúvida isso ainda seja por demais limitado e de generalização bastante difícil. Contudo, a dificuldade da empreitada é proporcional à queda que se corre o risco de sofrer, caso nenhuma solução para além dos marcos do Estado e do Mercado seja obtida.

22 Para uma análise do poço sem fundo da dívida norte-americana, e não apenas a dívida pública, ver Magdoff (2008).

## Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX. Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/ EdUnesp, 1996.
- BRAGA, José Carlos de Souza. “A financeirização da riqueza”, *Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, no. 2, pp. 25-55, agosto, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo* (versão eletrônica) Rocco: Rio de Janeiro, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1976.
- BORDIEU, Pierre. “A delegação e o fetichismo político”, in *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, pp. 188-206, 1990.
- DWECK, Ruth Helena. *O Papel do Estado na Economia: uma abordagem teórico-empírica* Rio de Janeiro, mimeo, obtido em outubro de 2003.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOSTER, John Bellamy. *O fim do capitalismo racional*. Disponível em [http://resistir.info/mreview/fim\\_capitalismo\\_racional.html](http://resistir.info/mreview/fim_capitalismo_racional.html) (*Resistir.info*) Acesso em: julho de 2005.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KURZ, Robert (1993). *O colapso da modernização. – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. “A origem destrutiva do capitalismo”. In: *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, pp. 239-245, 1998a.
- \_\_\_\_\_. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política”. In: *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, pp. 91-115, 1998b.
- \_\_\_\_\_. *O declínio da última moeda hegemônica*. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz92.htm> (Exit). Acesso em: dezembro de 2001.
- \_\_\_\_\_. *O estouro da Modernidade com canhões e tostões*. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz94.htm> (Exit). Acesso em: julho de 2002.
- LAIME, Marc. “Sujeira nas águas das cidades”. Disponível em: <http://diplouol.com.br/2005-03,a1075> (*Le Monde Diplomatique*). Acesso em: maio de 2006.
- MAGDOFF, Fred. “A explosão da dívida e a especulação”. Disponível em: [http://resistir.info/mreview/explosao\\_divida.html](http://resistir.info/mreview/explosao_divida.html) (*Resistir.info*). Acesso em: maio de 2008.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do Capital (tomo II) São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- \_\_\_\_\_. O rendimento e suas fontes. In: *Para a crítica a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986a, pp. 187-240.
- \_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção do capitalista (tomo IV) São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção do capitalista (tomo V) São Paulo: Nova Cultural, 1986c.
- NEUMANN, Franz. *Estado democrático e estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- OLIVEIRA, Farley Martins Riccio de. “A guerra da segurança pública”, *Globo online*, 13 de setembro, 2006.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. “O caráter cíclico da intervenção estatal”, in *Revista de Economia Política*, vol. 9, no.3, pp. 115-130, julho-setembro, 1989.
- POLANYI, Karl. *La Gran Transformación. Crítica del liberalismo económico* (versão eletrônica). Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição Tavares. “Globalização e Estado Nacional”. In: *As ilusões da inserção internacional*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- TEIXEIRA, Paulo César. “A vida atrás das grades”, in *Revista Istoé*, 2 de abril, 1997.
- TRENKLE, Norbert. “Nem os baixos salários vos salvam. A ilusão do Capitalismo de miséria e das prestações dos serviços”. Disponível em <http://antivalor.atSPACE.com/Krisis/trenkle06.htm> (*Exit*). Acesso em: dezembro de 1999.
- TORRES, João Carlos Brum. *Figuras do Estado Moderno – representação político no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WEBER, Max. “Política como vocação”, in *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, pp. 59-124, 2001.

## Cronologia do processo editorial

**Recebimento do artigo:** 26-mar-2008 | **Envio ao avaliador:** 19-ago-2008 | **Recebimento da avaliação:** 15-set-2008 | **Envio para revisão do autor:** 17-set-2008 | **Recebimento do artigo revisado:** 29-set-2008 | **Aceite:** 04-out-2008.